

A competência em informação e a Agenda 2030: um foco na população LGBTI+ pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10

André Luiz Avelino da Silva
Doutorando em Ciência da Informação
PPGCIN/UFSC
andre_luiz93@live.com

Fernanda Silva Damasceno
Bibliotecária – Mestre em Ciência da Informação
fernanda_damasceno@ufg.br

Elizete Vieira Vitorino
Doutora em Engenharia de Produção
Docente do PPGCIN/UFSC
elizete.vitorino@ufsc.br

Resumo

Apresenta como a competência em informação pode contribuir com o ODS 10 - redução das desigualdades, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, utilizando como alicerce o ODS 4 - educação de qualidade. Foca na população LGBTI+, justificando-se pela vulnerabilidade social em que essa se encontra. O artigo busca refletir sobre como a competência em informação pode contribuir com a Agenda 2030. Inicia contextualizando a Agenda 2030 e os ODS, abordando a educação para o desenvolvimento sustentável e sua contribuição para a redução das desigualdades. Aborda a competência em informação e sua relação com a sustentabilidade social, trazendo dados da realidade da população LGBTI+ e a situação de vulnerabilidade social, por fim correlacionando com a competência em informação.

Palavras-Chave: competência em informação. Ciência da Informação. População LGBTI+. Agenda 2030.

Information literacy and the 2030 Agenda: a focus on the LGBTI+ Population through Sustainable Development Goal 10

Abstract

It shows how Information Literacy can contribute to SDG 10 - reduce inequality, of the 2030 Agenda of the United Nations, using SDG 4 - quality education as a foundation. It focuses on the LGBTI+ population, justified by the social vulnerability in which it is found. The article seeks to reflect on how Information Literacy can contribute to the 2030 Agenda and the SDG. It begins by contextualizing the 2030 Agenda, addressing education for sustainable development and its contribution to reducing inequalities. It addresses Information Literacy and its relationship with social sustainability, bringing data from the reality of the LGBTI+ population and social vulnerability, finally correlating with Information Literacy.

Keywords: information literacy. information science. LGBTI+ population. 2030 Agenda.

1 INTRODUÇÃO

Desenvolvimento sustentável não é um tema novo. Ele surge de forma tímida, na década de 1960, através da preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU) com a poluição marítima, crescendo a partir disso, a preocupação da comunidade internacional com o impacto que o desenvolvimento estava tendo não apenas sobre a ecologia, em nível mundial, mas também sobre o bem-estar das pessoas (United Nations, 2017).

Em 1972, na *United Nations Conference on the Human Environment*, ocorrida na Suécia, a ONU começa a perceber que o desenvolvimento econômico das nações tem responsabilidade direta com a degradação ambiental, o que faz com que, em 1983, a Assembleia Geral crie a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo relatório, em 1987, avançou o conceito sobre desenvolvimento sustentável. Essa ideia foi colocada como alternativa ao desenvolvimento que era baseado em um crescimento econômico que não levava em consideração os impactos no meio ambiente na vida presente e principalmente futura dos indivíduos que nele vivem (United Nations, 2017). Para o relatório acima mencionado, o desenvolvimento sustentável é considerado “[...] aquele [desenvolvimento] que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

Em setembro de 2015, a ONU adota a Agenda 2030, que, utilizando do tripé da sustentabilidade - desenvolvimento econômico, desenvolvimento ambiental e desenvolvimento social -, oferece às Instituições, Órgãos, Movimentos Sociais, Terceiro Setor, e aos indivíduos como um todo, um plano de ação que conta com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, para a erradicação da pobreza em todas as suas dimensões, afirmando que, para um cumprimento bem sucedido dessa agenda, ninguém deve ficar para trás (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, [c2021]).

Em 2017, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançou o documento “Educação para os objetivos sustentáveis”, pois a educação, além de ser um ODS em si, também pode contribuir para alcançar os outros ODS. Deste modo, o objetivo deste trabalho é apresentar como o desenvolvimento da Competência em Informação nas pessoas pode contribuir para o alcance das metas do ODS 10 - Redução das desigualdades -, tendo como foco o público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Intersexos e mais, popularmente conhecidos pela sigla LGBTI+, usando o ODS 4 - Educação de qualidade - como base.

A população LGBTI+ por não se enquadrar no padrão heteronormativo, que Reis (2018, p. 69) afirma ser “uma expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual”, acaba sofrendo diversas discriminações na sociedade, sejam físicas, verbais ou psicológicas, em casos extremos podendo levar à morte. Dessa forma, essa população se configura como um grupo socialmente vulnerável, por não se encaixarem no padrão que a sociedade dita como o “correto”, tornando-os vítimas de LGBTIfobia (Barbosa; Rodrigues; Silva, 2020).

Inicialmente, apresentamos de forma breve a Agenda 2030 e os ODS, seguindo com o documento da UNESCO, que apresenta possibilidades de alcançar os ODS a partir de uma perspectiva educativa. Logo após, trazemos os conceitos de Competência em Informação para que seja possível compreender a temática e compreender como ela se relaciona com a sustentabilidade social, tornando possível o alcance do ODS 10, da Agenda 2030, mais precisamente visando atingir o objetivo do presente trabalho.

Na terceira parte do trabalho, caracterizamos e apresentamos dados sobre a população LGBTI+, população essa que se encontra em situação de vulnerabilidade social e como iniciativas para o desenvolvimento da Competência em Informação dessa população específica pode contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes.

Concluimos falando da importância dos bibliotecários e das bibliotecas refletirem sobre a situação de vulnerabilidade dos seus usuários reais e potenciais, planejando iniciativas para essa população específica que possam colaborar no cumprimento dos ODS da Agenda 2030 por meio do seu papel educativo e social.

2 AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Agenda 2030 surge como uma iniciativa para realizar transformações no mundo, como uma força tarefa dos países parceiros, na intenção de caminhar para o desenvolvimento sustentável, buscando incluindo todas a sociedade global para conseguir atingir uma série de objetivos estabelecidas nessa Agenda (ONU, 2015).

Consequentemente, essa Agenda também tem como finalidade dar continuidade ao que foi conquistado e o que ficou inacabado nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de maneira que possa atingi-las (ONU, 2015), elencado na Declaração do Milênio, de 2000, que foi um compromisso estabelecido por líderes de 189 países, com objetivos de construir um mundo mais justo, seguro e próspero até 2015. Tendo oito ODM, sendo estes: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar educação primária universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento (ONU, 2010).

Posto isto, com o término do tempo estabelecido na Declaração do Milênio, uma nova reunião é realizada, em 2015, a fim de construir novos objetivos para os próximos 15 anos. A partir disso, nasce a Agenda 2030:

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015, p. 1).

Por conseguinte, a Agenda afirma seu compromisso em dar continuidade aos ODM, além de reconhecerem que esses tiveram um papel importante para fornecer um progresso em diversas áreas. Entretanto, a desigualdade permanece, de forma particular na África, países e Estados em desenvolvimento, em sendo assim, a Agenda 2030 se compromete em reavivar objetivos inacabados, além de traçarem outros novos objetivos (ONU, 2015).

Nesse sentido, os países e parceiros que têm interesse em contribuir com os objetivos, deverão adotar a Agenda, bem como seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), materializado em 17 objetivos e 169 metas, de maneira que esse documento almeja traçar um plano de ação que atue de forma sustentável, assim como combater a pobreza, em prol da paz, pautados no tripé do desenvolvimento sustentável, nas três dimensões: econômica, social e ambiental (ONU, 2015).

Esses Objetivos e Metas descritas na Agenda ambicionam estimular, pelos próximos 15 anos, as diversas ações nas diferentes áreas cuja importância seja crucial para a humanidade e o planeta (ONU, 2015). Por conseguinte, a Agenda assegura sua intenção em priorizar as pessoas e o planeta, combater a fome e a pobreza, proteger o planeta da degradação, de modo a contribuir com ações que fomentem “[...] sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência [...]” (ONU, 2015, p. 2). Nessa perspectiva, as parcerias são apontadas como fator importante para o desenvolvimento das Ações descritas na Agenda, de maneira que essas possam se estender no âmbito global a fim de garantir que o desenvolvimento sustentável ocorra em escala mundial, num esforço em não deixar ninguém para trás, além de focar especialmente nos mais vulneráveis (ONU, 2015).

Ademais, a Agenda 2030 frisa a relevância que a Declaração Universal dos Direitos Humanos possui para o desenvolvimento dos objetivos, metas e ações que a mesma traz, além de enfatizar os demais instrumentos internacionais que versam a respeito dos direitos humanos e do direito internacional (ONU, 2015). De modo que, os ODS precisam se desenvolver em consonância com os direitos humanos, assegurando assim, que ninguém seja deixado para trás conforme a Agenda afirma:

Enfatizamos as responsabilidades de todos os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, de respeitar, proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, deficiência ou qualquer outra condição (ONU, 2015, p. 7, grifo nosso).

Assim sendo, os 17 ODS estão alinhados em uma proposta inclusiva, justa, igualitária, com intuito de promover o desenvolvimento sustentável em escala mundial. Abaixo os ODS:

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2015).

Todos os ODS estabelecem um prazo a ser cumprido, até 2030, tanto os objetivos quanto as metas que foram definidas nos ODS devem alcançar êxito até o ano estipulado.

De maneira sucinta para pontuar acerca dos 17 ODS, na sequência, o objetivo principal de cada, iniciando com o ODS Erradicação da pobreza, almeja acabar com todas as formas da mesma e em todos os locais, o seguinte, ODS Fome zero e agricultura sustentável, pretende acabar com a fome, promover uma agricultura sustentável, além de alcançar uma segurança alimentar e qualidade no sentido da nutrição. O ODS Saúde e bem-estar, busca assegurar que todas as pessoas tenham uma vida saudável e com bem-estar, independentemente da idade, o ODS Educação de qualidade tem intenção de assegurar que a mesma seja inclusiva, de qualidade e equitativa, além de afirmar ser necessário oportunidades que estimulem o aprendizado ao longo da vida para todas as pessoas (ONU, 2015).

Quanto ao ODS Igualdade de gênero almeja proporcionar empoderamento para todas as mulheres e meninas, além da questão do próprio nome do ODS, por seguinte, o ODS Água potável e saneamento tem como um de seus objetivos assegurar que todas as pessoas tenham água potável e saneamento. O ODS Energia limpa e acessível busca que as pessoas possam ter acesso sustentável, moderno e confiável, além do preço acessível da energia, o próximo, ODS Trabalho decente e crescimento econômico, tem intenção de promover para todas as pessoas trabalho decente, emprego pleno e produtivo, para assim, proporcionar o crescimento econômico, sustentável e inclusivo (ONU, 2015).

Em relação ao ODS Indústria, inovação e infraestrutura, este almeja a promoção da industrialização de modo inclusivo e sustentável, assim como a fomentação da inovação e construção de infraestruturas que sejam resilientes, o próximo, ODS Redução das desigualdades tem como um dos principais objetivos que a desigualdade seja reduzida tanto dentro quanto fora dos países, assim como entre eles. O ODS Cidades e comunidades sustentáveis busca proporcionar que as cidades sejam inclusivas, seguras, resilientes, sustentáveis, assim como os assentamentos humanos, quanto ao ODS Consumo e produção responsáveis pretende que o consumo seja sustentável assim como os padrões de produção, por conseguinte ODS Ação contra a mudança global busca combater as mudanças climáticas e os seus impactos por meio de medidas que sejam urgentes (ONU, 2015).

Dessa maneira, o ODS Vida na água almeja que os oceanos e mares sejam conservados e seu uso seja sustentável, de modo que os recursos marinhos também possam ser preservados, promovendo desenvolvimento sustentável, no mesmo modo que o ODS Vida terrestre busca como um dos seus objetivos “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter, reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (ONU, 2015, p. 34).

Os dois últimos, o ODS Paz, justiça e instituição eficaz têm intenção de proporcionar sociedades que tenham paz e sejam inclusivas, assim como o desenvolvimento sustentável delas, com instituições com responsabilidade, com inclusão e eficazes, para que todas as pessoas possam ter acesso à justiça. Por fim, o ODS Parcerias e meios de implementação almeja que parcerias sejam feitas para fortalecer os meios de implementação, além de promover a revitalização das parcerias globais para a promoção do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Isto posto, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 Educação de Qualidade será abordado a seguir, assim como o ODS 10 Redução das Desigualdades, o primeiro com conexão com a Competência em Informação, o segundo com a população LGBTI+, por tratar-se de vulnerabilidade social, mas compreendendo que os temas e ODS citados se conectam no debate.

3 EDUCAÇÃO PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A UNESCO (2017) coloca a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) como parte da meta 4.7 do ODS 4 – Educação de qualidade. Essa meta esclarece que é necessário

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdades de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento, [c2021]).

A EDS se apresenta como instrumento um para desenvolver habilidades, conhecimentos, atitudes etc., que auxiliem no cumprimento dos outros objetivos através da educação.

Ainda que a meta utilize o termo “aluno”, é importante ressaltar que o próprio documento da UNESCO aponta que a educação para o desenvolvimento sustentável pode ser oferecida em um contexto de educação formal, não-formal e informal, o que amplia esse entendimento de “aluno” para qualquer pessoa que esteja passando por um processo de aprendizado. Sob este olhar, a UNESCO (2017) apresentou uma série de “habilidades” que podem conduzir as pessoas a desenvolver sua própria competência (seja na educação formal, não-formal ou informal), que podem ser vistas no Quadro 1.

Quadro 1 – Habilidades-chave para a sustentabilidade

Habilidade pensamento sistêmico: habilidade de reconhecer e compreender relacionamentos; analisar sistemas complexos; pensar como os sistemas são incorporados dentro de diferentes domínios e diferentes escalas; e lidar com a incerteza.
Habilidade antecipatória: habilidade de compreender e avaliar vários futuros – possíveis, prováveis e desejáveis; criar as próprias visões para o futuro; aplicar o princípio da precaução; avaliar as consequências das ações; e lidar com riscos e mudanças.
Habilidade normativa: habilidade de entender e refletir sobre as normas e os valores que fundamentam as ações das pessoas; e negociar valores, princípios, objetivos e metas de sustentabilidade, em um contexto de conflitos de interesse e concessões, conhecimento incerto e contradições.
Habilidade estratégica: habilidade de desenvolver e implementar coletivamente ações inovadoras que promovam a sustentabilidade em nível local e em contextos mais amplos.
Habilidade de colaboração: habilidade de aprender com outros; compreender e respeitar as necessidades, as perspectivas e as ações de outras pessoas (empatia); entender, relacionar e ser sensível aos outros (liderança empática); lidar com conflitos em grupo; e facilitar a colaboração e a participação na resolução de problemas.
Habilidade de pensamento crítico: habilidade de questionar normas, práticas e opiniões; refletir sobre os próprios valores, percepções e ações; e tomar uma posição no discurso da sustentabilidade.
Habilidade de autoconhecimento: habilidade de refletir sobre o próprio papel na comunidade local e na sociedade (global); avaliar continuamente e motivar ainda mais as próprias ações; e lidar com os próprios sentimentos e desejos.
Habilidade de resolução integrada de problemas: habilidade de aplicar diferentes marcos de resolução de problemas para problemas complexos de sustentabilidade e desenvolver opções de soluções viáveis, inclusivas e equitativas que promovam o desenvolvimento sustentável, integrando as competências mencionadas anteriormente.

Fonte: adaptado de UNESCO (2017, p. 10)

As habilidades aqui mencionadas são caracterizadas por serem “[...] transversais, multifuncionais e independentes do contexto” (UNESCO, 2017, p. 10) e os objetivos de aprendizagem a serem desenvolvidos devem estar alinhados dentro de 3 (três) campos definidos pelo documento, sendo eles: o cognitivo, o socioemocional e o comportamental.

O **campo cognitivo** compreende conhecimentos e habilidades de pensamento necessários para compreender melhor os ODS e os desafios para alcançá-los.

O **campo socioemocional** inclui habilidades sociais que permitem que os educandos colaborem, negociem e se comuniquem para promover os ODS, bem como habilidades de autorreflexão, valores, atitudes e motivações que permitem que os educandos se desenvolvam.

O **campo comportamental** descreve [...] [habilidades] de ação (UNESCO, 2017, p. 11, grifo do autor).

Para os 17 ODS, o documento traz o seu equivalente em EDS, ou seja, formas para se trabalhar o desenvolvimento sustentável através da educação, dentro dos três campos e visando o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, atitudes etc., acima mencionados. Um desses ODS, e que se conecta aos propósitos para o desenvolvimento deste trabalho, é o ODS 10, que aborda a redução das desigualdades dentro de um país e entre países.

Consideramos que a meta 10.2 como sendo uma das mais elucidativas e que pode ser trabalhada de forma independente por meio da educação. Esta meta almeja que “até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, [c2021]).

Os bibliotecários de todos os níveis podem auxiliar no cumprimento dessas metas e objetivos a partir da criação de iniciativas educacionais, tais como a estruturação de programas que buscam desenvolver a Competência em Informação nas pessoas. Para Dudziak (2007) o bibliotecário pode atuar como mediador nos processos de aprendizado e Assumpção (2018), também colocando o bibliotecário numa posição de protagonismo, afirma que cabe a esses profissionais tornarem as bibliotecas locais de acolhimento e inclusão dos grupos sociais historicamente discriminados pela sociedade, pois para o autor a biblioteca é um ambiente que pode ofertar serviços que terão um papel com capacidade para “combater as deficiências sociais” além de poderem acessar informações e conhecimento (Assumpção, 2018, p. 856). É no ambiente de bibliotecas que as populações vulneráveis, incluindo as pessoas LGBTI+, podem encontrar apoio, acolhimento e empoderamento, por meio de informações e conhecimentos que possibilitam o acesso aos direitos e consequentemente reduzir as desigualdades sociais.

3 A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIAL

O termo “*Information Literacy*” foi utilizado pela primeira vez nos anos 70 pelo bibliotecário estadunidense Paul Zurkowski. No Brasil, a temática começou a ser popularizada em pesquisas a partir dos anos 2000 e o termo *information literacy* apresenta ao longo dos anos traduções como: competência informacional, alfabetização informacional, letramento informacional, Competência em Informação, alfabetização em informação, letramento em informação, conforme levantado por Vitorino (2020). Entretanto, conforme pontua a autora, a tradução mais adequada no Brasil parece ser “Competência em Informação”, de acordo com as considerações feitas a partir de documentos oficiais.

Em sendo assim, a conceituação presente no documento da *American Library Association*, intitulado “*Framework for Information Literacy for Higher Education*”, de 2016, discorre que a Competência em Informação estaria relacionada com diversas habilidades e conhecimentos, bem como comunidades de aprendizagem, sendo que ela “é o conjunto de habilidades integradas que abrangem a descoberta reflexiva de informação, a compreensão de como a informação é produzida e avaliada, e o uso na criação de novos conhecimentos e participação ética em comunidades de aprendizagem” (ALA, 2016, p. 12, tradução nossa).

Belluzzo (2018) argumenta que a atuação da Competência em Informação no âmbito educacional se dá no momento em que “as pessoas aprendem a identificar e a descobrir

conhecimentos, a mobilizá-los de forma contextualizada” (Belluzzo, 2018, p. 33). A autora chama a atenção ao afirmar que ser competente em informação não diz respeito somente a uma assimilação de determinados conhecimentos, mas que é necessário compreender como esse conhecimento irá auxiliar na construção de esquemas para que a pessoa saiba como ter discernimento em determinadas situações de forma correta.

Vitorino (2018) afirma que a Competência em Informação está relacionada a um processo e, para que isso seja possível, é necessário internalizar conceitos e fundamentos correspondentes a determinadas atitudes, assim como o desenvolvimento de habilidades ligadas, necessariamente, aos aspectos relacionados ao universo da informação. A autora argumenta que esse processo da Competência em Informação se conecta com o aprendizado de cada pessoa, de maneira que dúvidas e necessidades no aspecto informacional sejam sanadas, por meio do uso eficiente da informação.

A Competência em Informação tem grande importância para o desenvolvimento humano. É uma metacompetência que, se usada de forma eficaz, pode promover a independência e autonomia da pessoa, torná-la autossuficiente ao assimilar informações que irão auxiliar a solucionar necessidades de informação, no âmbito profissional, acadêmico e pessoal.

Nesse sentido, Vitorino e De Lucca (2020) argumentam que

[...] a Competência em Informação, sob a perspectiva da cidadania, possibilita ao indivíduo a compreender direitos e deveres, e estimula o comportamento reflexivo para que o sujeito desenvolva uma consciência crítica que lhe será útil para questionar o que está posto” (Vitorino; De Lucca, 2020, p. 230).

As autoras argumentam que na dimensão política da Competência em Informação há seis etapas para que a pessoa desenvolva esta, sendo elas: reconhecer a importância da informação; reconhecer necessidades de informação; buscar ter interação social de modo que isso auxilie na solução das necessidades de informação; por meio de tomadas de decisões baseadas nas informações conseguir autonomia e liberdade; compartilhamento de informações e experiências; e utilizar a informação de maneira a compreender seus direitos e deveres na sociedade e participar ativamente no meio social (Vitorino; De Lucca, 2020, p. 231).

Ottonicar, Silva e Belluzzo (2018) afirmam que para uma pessoa desenvolva a Competência em Informação deve agir tanto de forma individual quanto em grupo, de modo que isso possa proporcionar uma construção de novos conhecimentos com base em conhecimentos já existentes em seu repertório, para que seja possível solucionar demandas informacionais.

Após conceituar a Competência em Informação, é importante entender como essa temática se relaciona com a sustentabilidade social. Dudziak (2007), ao falar sobre a América Latina e o desenvolvimento da Competência em Informação para construção de uma sustentabilidade social, afirma que a Competência em Informação e o desenvolvimento da capacidade de aprender ao longo da vida (*lifelong learning*) são processos que auxiliam no empoderamento das pessoas, pois promovem a inclusão social e o bem-estar. Para ela, a falta de habilidades tais como leitura, domínio no uso das tecnologias de informação e comunicação, habilidades na solução de problemas e pensamento crítico podem resultar na “[...] perda de opinião e discernimento, porque eles [pessoas] podem não ter consciência do seu poder de transformação político e social” (Dudziak, 2007, p. 43, tradução nossa).

Isto posto, pautados nos conceitos da Competência em Informação, entende-se que este conjunto de habilidades (American Library Association, 2016) e processo de aprendizagem (Vitorino, 2018) com foco na dimensão política (Vitorino; De Lucca, 2020) podem ser fundamentais para a redução das desigualdades de grupos vulneráveis, conforme preconizado pela Agenda 2030 em seu ODS 10.

4 POPULAÇÃO LGBTI+, VULNERABILIDADE SOCIAL E A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

No âmbito deste artigo, para designar a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais e o símbolo de mais ao fim da sigla para afirmar que há outras identidades de gênero e orientações sexuais além dessas mencionadas, utilizaremos a sigla LGBTI+, por ser amplamente utilizada no Brasil por ativistas e movimentos sociais, como por exemplo: Aliança Nacional LGBTI+¹, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)², ONG Somos³, TODXS⁴, Grupo Dignidade⁵, entre outros.

Além disso, conforme pontuado pela Somos⁶, a construção da sigla ocorre por meio de um debate coletivo entre os diversos grupos existentes no Brasil, o entendimento atual é que essa sigla atende as demandas dessa população e, pontuam que a letra “Q” de “*queer*” é um termo importado que traz um paradoxo, assim como também gera ruídos, conforme explicado pela ANTRA⁷. Ressalta-se que não cabe aqui entrar nesse debate, adotaremos a sigla em concordância com os movimentos sociais.

A população LGBTI+ sofre cotidianamente com preconceito e discriminações no território brasileiro. Tais atos de ignorância se manifestam em violências das mais diversas (verbais, psicológicas e até mesmo físicas), que culminam em mortes. Conforme relatório de 2022 apresentado pela Organização Não Governamental (ONG) Grupo Gay da Bahia (GGB) houve 256 mortes de pessoas LGBTI+ no Brasil neste mesmo ano (Grupo Gay da Bahia, 2023). O dossiê acerca das violências contra as pessoas trans no ano de 2022, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), aponta que 131 pessoas trans perderam suas vidas, sendo que 130 eram mulheres trans e travestis e 1 era um homem trans (Benevides, 2023).

Esse apontamento a respeito das pessoas trans revela que, mesmo entre as pessoas LGBTI+, algumas acabam ficando mais vulneráveis a sofrerem violências, ou seja, quando se fala de população LGBTI+ é preciso levar em conta que não se trata de um grupo de pessoas que vivenciam o preconceito das mesmas formas. Cada pessoa pertencente à sigla pode ter outros fatores (racismo, machismo, transfobia, por exemplo) que intensificam ou diminuem (classe social, cisgeneridade, branquitude) o preconceito. Ressalta-se esse aspecto plural para compreender que para trabalhar em prol da redução de desigualdades a respeito dessa população, é preciso se atentar para seus contextos. Essa diferença pode ser notada no relatório do GGB acima ao revelar que a maioria das vítimas de LGBTIfobia são pretas (14,84%) e pardas (46,87%), contra 37,11% de vítimas de cor branca (Grupo Gay da Bahia, 2023), o mesmo ocorre no dossiê da ANTRA, com 76% de pessoas trans pretas e pardas (Benevides, 2023).

Na Figura 2 é possível ver alguns conceitos-chave acerca do gênero e sexualidade, no que se refere a expressão, este se relaciona com o modo como cada pessoa se apresenta, seja de forma feminina, masculina ou andrógina. Identidade de gênero diz respeito ao modo como a pessoa se enxerga e se sente quanto ao seu gênero e sexo biológico, diferente da orientação que diz respeito a atração sexual, afetivo, emocional e as relações que as pessoas têm, podendo

¹ Ver: Site oficial da Aliança Nacional LGBTI+. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

² Ver: Site oficial da Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

³ Ver: Perfil do Grupo Somos, no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/ongsomos/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

⁴ Ver: Site oficial do Grupo TODXS. Disponível em: <https://www.todxs.org/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

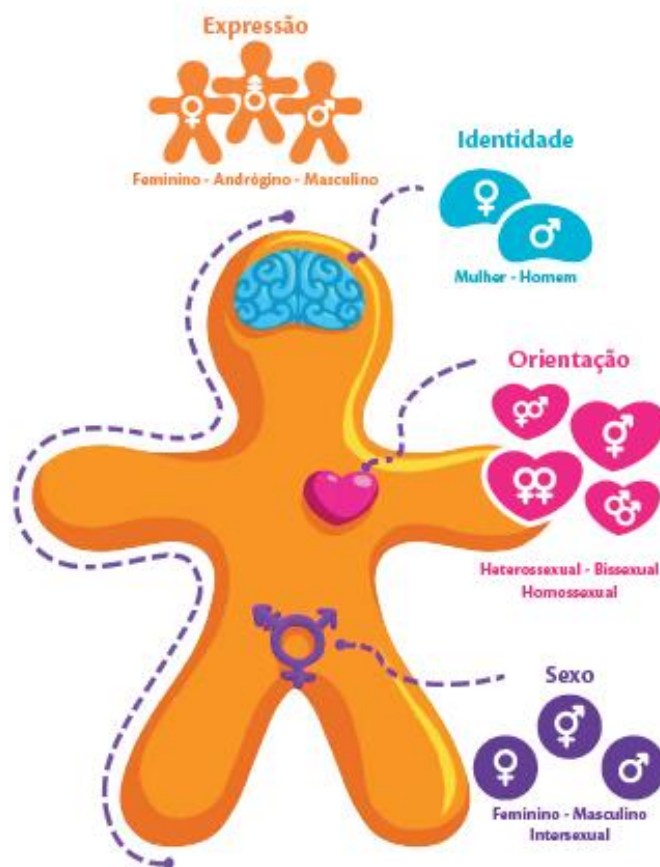
⁵ Ver: Site oficial do Grupo Dignidade. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/grupo-dignidade-historia/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

⁶ Ver: Postagem realizada no perfil do Grupo Somos, no Instagram: <https://www.instagram.com/p/CSPTlBvHqF7/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

⁷ Ver: Postagem feita no perfil da ANTRA, no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CR_4btjnikf/. Acesso em: 20 ago. 2023.

ser heterossexual, homossexual, lésbica, bissexual, entre outros. Por fim, o sexo diz respeito ao sexo biológico de cada pessoa, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Características de gênero e sexualidade



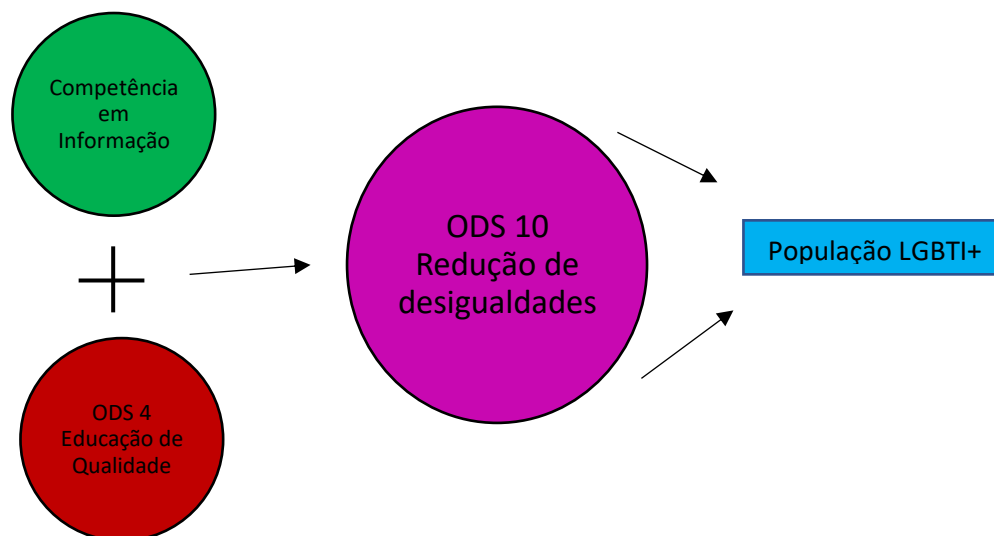
Fonte: Reis, p. 32, (2018).

Benevides (2023) aponta, por meio do dossiê anual ANTRA, que 131 pessoas trans morreram em 2022, lembrando que esses dados apresentados tanto pelo GGB quanto pela ANTRA podem ser ainda maiores devido ao caráter voluntário dessas pesquisas. Algumas informações são difíceis de mapear no território brasileiro, pois faltam estatísticas oficiais do Estado (em nível municipal, estadual e federal). Sendo assim, na carência de dados, a sociedade civil se organiza em movimentos e grupos sociais buscando obter dados por meio de relatórios que revelam a realidade em que a população LGBTI+ vive, conforme informações coletadas e apresentadas por meio de relatórios anuais dos grupos sociais como a ANTRA e GGB.

Sob esta perspectiva, Ottonicar, Silva e Belluzzo (2018), concordam que a educação é entendida como uma forma de se obter emancipação intelectual e, dessa maneira, transformar pessoas conscientes de seus lugares na sociedade enquanto cidadão, podendo exercer sua cidadania conhecendo seus direitos e deveres que irão auxiliar no desenvolvimento social, o que, de certa forma pode diminuir preconceitos e possibilitar a redução de desigualdades, colaborando para uma redução dos índices apontados nos relatórios da ANTRA e GGB.

Vitorino (2018) argumenta que a educação para a informação é o pilar de mais consistência da Competência em Informação, pois por meio desta é possível alcançar seu local de pertencimento na sociedade, buscando sair da condição da vulnerabilidade social, alcançando a cidadania. Conseqüentemente, o desenvolvimento da Competência em Informação pode se constituir como um fator essencial para a redução de desigualdades de grupos historicamente discriminados, tais como a população LGBTI+.

Figura 3 – Conexões possíveis



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

A Figura 3 ilustra que ao desenvolver a Competência em Informação, tendo a Educação (ODS 4) como base, é possível ir na contramão das desigualdades sociais, neste caso, pensando na Redução das desigualdades (ODS 10), contribuindo para autonomia e emancipação da população LGBTI+. Vitorino (2018) levanta a importância do desenvolvimento da Competência em Informação para o combate a vulnerabilidade social, enquanto Vitorino e De Lucca (2020) levantam a dimensão política da mesma no sentido de contribuir para cidadania, autonomia e independência, Belluzzo (2018) corrobora com as autoras e enfatiza o potencial da educação para o alcance do aprendizado ao longo da vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população LGBTI+ detém no território brasileiro o país que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo, onde a cada 34 horas uma pessoa morre vítima da LGBTIfobia (Grupo Gay da Bahia, 2023). Nessa perspectiva, torna-se evidente o quão discriminatório o Brasil pode ser com as pessoas LGBTI+, sendo necessário que políticas públicas e leis sejam implementadas em prol da defesa dos direitos e combate ao preconceito e discriminação que essa população sofre diariamente. Entretanto, na ausência da ação do Estado, a sociedade civil pode e deve contribuir com ações (sejam programas, projetos, eventos, rodas de diálogos, entre outros) que possam trabalhar com formas de combater preconceitos e contribuir para a redução das desigualdades.

Sob esse prisma, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10, que trata da redução das desigualdades, conta com metas como o empoderamento e a promoção de inclusão social, econômica e política, sem qualquer discriminação de qualquer tipo, bem como eliminar as leis, políticas e as práticas que discriminam pessoas, garantindo que todos possam ter igualdade de oportunidades (ONU, 2015).

É importante salientar que há a necessidade de se compreender o contexto no qual está inserida a população LGBTI+. Esta compreensão de cenário pode auxiliar a desenvolver formas de combater o preconceito e a discriminação, buscando contribuir com a transformação da realidade em que essas pessoas vivem.

No Brasil, um país tão desigual, à níveis educacionais e econômicos, considerado um país em desenvolvimento, e que nos últimos anos têm sofrido reveses políticos e econômicos, que afetam a sobrevivência e subsistência de seu povo, é necessário pensar criticamente e desenvolver estratégias que possam auxiliar a população mais vulnerável a alcançar suas potencialidades.

Nesse sentido, as bibliotecas podem se constituir como um espaço frutífero e adequado para redução da desigualdade da população LGBTI+, tendo em vista que além de apoiar a educação formal, informal e não-formal, também tem a finalidade de atender a sociedade em geral. Alcântara e Bernardino (2012) afirmam que as bibliotecas universitárias podem atender as demandas informacionais de um determinado grupo social, assim como sua função educativa no que diz respeito à orientação quanto ao acesso e uso da informação. Estendendo essa afirmação a todas as bibliotecas (públicas nas esferas municipal, estadual e federal, privadas e comunitárias) e teremos um alcance maior.

É fundamental que bibliotecários e profissionais da informação reflitam e busquem trabalhar em prol do ODS 10, não somente com a população LGBTI+, mas também com os demais grupos que historicamente sofrem com violências e discriminações ao longo dos anos. Tendo como carro-chefe a Competência em Informação, é possível estruturar ações para a redução das desigualdades sociais existentes no território brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Francisca Lunara Cunha; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel da biblioteca universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas bibliotecas universitárias na cidade de Juazeiro do Norte – CE. *In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO*, 15., 2012, Juazeiro do Norte. **Anais...** Juazeiro do Norte: UFCA, 2012. Não paginado. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17474/14257>. Acesso em: 26 abr. 2023.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Framework for Information Literacy Higher Education**. Washington, D.C., 2016. Disponível em: https://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/Framework_ILHE.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

ASSUMPÇÃO, Leonardo Bruno Almeida. Trans-formação. Acesso a informação e inclusão de gênero: elaboração de um plano de negócio para criação de uma biblioteca para atender travestis, transeuais e transgêneros em situação de risco em Belo Horizonte: um relato de experiência. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 20., 2018, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2018. p. 849-858. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5766>. Acesso em: 2 maio 2023.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; RODRIGUES, José Welhinjton Cavalcante; SILVA, Laionel Vieira da. Pandemia e LGBTIfobia familiar. *In: OLIVEIRA, Antonio Deusivam de (Org.). População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19*. Campinas, SP: Saberes e Práticas, 2020.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BELLUZZO, Regina Celia Baptista. Competência em informação: cenários e espectros. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 29-50, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/47/27>. Acesso em: 23 maio 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Em busca do desenvolvimento sustentável. *In*: COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy and lifelong learning in Latin America: the challenge to build social sustainability. **Information Development**, v. 23, n. 1, p. 43-47, c2007.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ Brasil**: Observatório do Grupo Gay da Bahia 2022. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI+; Grupo Gay da Bahia, 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivo de desenvolvimento sustentável 10**: redução das desigualdades. Brasília, DF: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>. Acesso em: 26 abr. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Brasília, DF: ONU, 2010. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; SILVA, Rafaela Carolina; BELLUZZO, Regina Celia Baptista. A competência em informação (CoInfo) como um fator fundamental para a Educação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 23-41, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8427/7021>. Acesso em: 25 maio 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Plataforma Agenda 2030**. [S. l.], [c2021]. Website. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 14 maio 2023.

REIS, Toni (Org.). **Manual de comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

UNESCO. **Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável**: objetivos de aprendizagem. [Brasil]: UNESCO, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>. Acesso em: 03 jun. 2023.

UNITED NATIONS. **Basic facts about the United Nations**. 42nd ed. New York: United Nations Department of Public Information, c2017. E-book.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação” **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187/3794>. Acesso em: 23 maio 2023.

VITORINO, Elizete Vieira. Construindo significados para competência em informação. *In*: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (Orgs.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética e política. Porto Velho: EDUFRO, 2020. E-book.

VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado. A dimensão política da competência em informação. *In*: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (Orgs.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética e política. Porto Velho: EDUFRO, 2020. E-book.